

Sarney ataca de novo a Constituinte

BRASÍLIA — No terceiro ataque público à Constituinte, o presidente Sarney, em seu programa semanal *Conversa ao pé do rádio*, afirmou que o texto sobre direitos individuais já aprovado poderá levar o país "ao caos, ao império do crime e da impunidade". A dificuldade para prender criminosos, que já é grande, acrescentou, deverá aumentar. "Com esse texto, nem delegado, nem policial, nem soldado, nem ninguém poderá prender qualquer criminoso", afirmou.

O texto, o parágrafo 22 do artigo 5º, citado na íntegra por Sarney, diz: "Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão imediatamente comunicados ao juiz competente e à família ou pessoa indicada pelo preso. Este será informado de seus direitos, entre os quais o de comparecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária competente".

Em tom duro e, ao mesmo tempo, amargo, Sarney atribuiu a um plano de desestabilização de seu governo as denúncias de corrupção na administração pública. Reconheceu, porém, que, em função da flexibilidade das leis brasileiras, fica muito difícil levar à cadeia os responsáveis pelo mau uso ou desvio do dinheiro público. O presidente, no entanto, não deixou de denunciar "os maus brasileiros, que, por motivação exclusivamente política, desejam aumentar ainda mais as nossas desgraças".

Dificuldades — As denúncias de corrupção partem "daqueles que mais se locupletaram, os que enriqueceram à custa de uma situação de benefícios e privilégios". Segundo o presidente, "há um grupo que, a título de combater os políticos, o governo e a corrupção, se joga a tocar fogo no país, desmoralizando homens públicos, não respeitando as pessoas mais dignas, numa tentativa conhecida de disseminar a descrença nas instituições, nos políticos, no nosso sistema de vida".

Quanto ao texto aprovado pela Constituinte, Sarney disse que "os direitos são do preso, e não da sociedade, da vítima". Fazendo uma ligação entre o agravamento da impunidade, consequência, segundo ele, da vigência do novo texto, e a dificuldade de punir os responsáveis pela corrupção, o presidente declarou que seu governo tem combatido a corrupção e "o subdesenvolvimento político manifestado em práticas condenáveis".

"O que não se pode é tomar providências mais enérgicas, de prisão, como todos pedem, porque a lei brasileira é muito permissiva. Aqui não se prende nem aqueles que matam. A Lei Fleury, que tantas vezes pedi ao Congresso para revogar, evita prender. Solta. Só é preso neste país o miserável que não pode pagar defensor", disse o presidente.

□ O presidente Sarney irritou-se com a insistência com que o governador da Bahia vem defendendo o mandato de quatro anos e afirmou que se o critério para a fixação do tempo de governo for o de desempenho "o mandato do sr. Waldir Pires não duraria 60 dias". Mesmo assim, o presidente confessou que foi tolerante e manteve Waldir Pires como ministro durante 9 meses.



Leônidas foi usado para gerar crise artificial

General foi usado para pressionar

O primeiro ataque aberto, às claras, do presidente José Sarney à Assembleia Constituinte foi feito através da cadeia nacional de rádio e televisão, dia 18 de maio de 1987. O presidente definiu o seu mandato em cinco anos — depois de lembrar que teria seis anos, se quisesse, como direito adquirido — ignorando os poderes soberanos dos constituintes para saber da oportunidade do pronunciamento. Os três militares consideraram que aquela era uma boa hora.

Sarney, segundo revelaram à época parlamentares do seu círculo pessoal de amizades, consultou os generais Leônidas Pires Gonçalves (ministro do Exército), Rubem Bayma Delys (chefe do Gabinete Militar) e Ivan de Souza Mendes (chefe do SNI), para saber da oportunidade do pronunciamento. Os três militares consideraram que aquela era uma boa hora.

"Tancredo Neves e eu fomos eleitos para um mandato de seis anos. Portanto, o meu mandato é de seis anos", disse Sarney. A aceitação de um mandato de cinco anos, o presidente classificou de "gesto de conciliação" e "exemplo de desambigação". E avisou: "Determino aos auxiliares do meu governo, como delegados de minha confiança, que considerem encerrada essa discussão. Dos partidos políticos, espero solidariedade. Aos governadores, aos deputados e senadores constituintes, peço apoio".

Três meses depois, a 28 de agosto, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, fez um



Sarney se concede 5 anos

discurso agressivo à Constituinte durante reunião ministerial. Surpreendeu a todos os seus colegas. O presidente da República soube, porém, das intenções do general, 48 horas antes da reunião. O ministro do Exército, a pretexto de condenar, à época, uma tendência manifesta pelo mandato de quatro anos e pelo parlamentarismo, acusou a Constituinte de ser esquerdizante.

A fala do ministro gerou uma crise artificial. Ele fora usado por Sarney, soube-se depois, para criar um clima de constrangimento nos constituintes. De agosto até ontem, o relacionamento do governo com a Constituinte sempre foi inamistoso. O presidente fez de conta que aceitava, por exemplo, a decisão da Comissão de Sistematização, que optou pelo mandato de quatro anos com parlamentarismo. Por baixo do pano sempre lutou pelos cinco anos.

Ulysses confirma prazo

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, assegurou ao presidente Sarney, com quem tomou o café da manhã, que a nova Constituição deverá mesmo ser promulgada no próximo dia 21 de abril. Eles discutiram os principais pontos polêmicos da Constituinte, inclusive o sistema de governo, e o deputado disse a Sarney que achava difícil aferir a tendência predominante sobre as questões que polarizam os trabalhos na Constituinte.

Ulysses não revelou, mas o deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, que, na véspera sugerira a Sarney que conversasse com Ulysses sobre a proposta de um presidencialismo mitigado, acredita

que eles também examinaram a questão. O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, confirmou que o assunto está em pauta nas discussões políticas, mas esclareceu que o Palácio do Planalto, evitando interferir nos trabalhos da Constituinte, não patrocina esses entendimentos.

Esta foi a conversa mais descontraída dos dois, após dois meses de estresse, provocado pela decisão da Comissão de Sistematização de aprovar quatro anos de mandato para Sarney e o episódio da demissão do ministro Bresser Pereira, que Ulysses atribuiu ao afastamento do governo do programa partidário do PMDB. O partido defendia a taxaço do capital, rejeitada pelo presidente no pacote fiscal sugerido pelo ministro.

Arinos avisa que até Executivo pode acabar

"Nenhuma autoridade tem o poder de sobrepor-se à Constituinte, já que esta é o supremo poder do país e tem o direito até mesmo de acabar com o Executivo, caso aprove o parlamentarismo". Assim o senador e jurista Afonso Arinos — que ao intervir na crise da madrugada de 15 de março de 1985 garantiu a posse de Sarney em virtude da doença de Tancredo Neves — respondeu à afirmação do presidente de que Constituinte agravará "a situação de impunidade do país".

— Não há como o presidente da República diminuir o poder da Constituinte, que tem atrás de si 60 milhões de votos — afirmou Arinos, que qualificou o pronunciamento apenas como uma divergência de opinião.

O senador preferiu não fazer críticas ao presidente mas não deixou de dizer que ele cometeu um equívoco ao criticar o texto da futura Constituição que impede a prisão de qualquer cidadão, caso não ocorra o flagrante. "O presidente cometeu um equívoco, pois confundiu prisão com detenção. A detenção pode ser realizada sem flagrante, pois é um processo de averiguação de um fato", ensinou Arinos.

Britto aponta falha na crítica do presidente

O deputado Antônio Britto, vice-líder do PMDB, disse que, ao criticar a determinação da Constituinte de que a prisão de criminosos será apenas mediante flagrante ou mandado judicial, o presidente Sarney se esqueceu das disposições constantes do parágrafo 3º do artigo 44 do Título III do projeto da Comissão de Sistematização, que pune os culpados de corrupção com a perda de seus direitos políticos, e da função pública, a indisponibilidade dos seus bens e o ressarcimento dos prejuízos ao erário, além da ação penal.

Também o 1º vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, que está em Curitiba, foi duro com Sarney. Ele admitiu a falha da Constituinte na questão da prisão, mas comentou que o projeto de constitucional ainda se encontra em discussão e pode ser aperfeiçoado no segundo turno de votação.

"Devo lembrar, contudo" — advertiu — "que a atual Constituição permanece em vigor, bem como as demais leis, e elas permitem a prisão administrativa de culpados até pelo prazo de 90 dias. Basta o presidente usar as leis vigentes".

Intromissão — Scalco e Britto consideraram as declarações de Sarney mais uma intromissão indevida nos trabalhos da Constituinte. Para Britto, que disparou farpas sobre o presidente, somente um governo politicamente forte terá condições de aplicar todas as disposições do artigo 44 do projeto de Constituição sobre os corruptos.

Já Scalco lembrou que não é a primeira vez que o presidente se intromete nos trabalhos da Constituinte. "A primeira vez foi em maio do ano passado, quando ele compareceu à televisão para fixar o seu mandato em cinco anos".

Moderado — Ligado aos grupos moderados desde o início dos trabalhos, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) concordou com as críticas do presidente, mas disse que tudo poderá ser consertado na votação em segundo turno. Távora acha que por causa das arbitrariedades cometidas pelo regime militar contra os direitos humanos e individuais, os constituintes caminharam para o outro extremo, dificultando muito a prisão de criminosos.

Já o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), do Centro, concordou inteiramente com Sarney. Segundo ele, o texto aprovado enfraquece o combate à corrupção.

A crítica de Sarney à Constituinte chega porém atrasada. Ainda no começo da semana, assessores do deputado Ulysses Guimarães e da bancada do PT perceberam o erro do parágrafo 24 do artigo 6º do projeto constitucional. Por esse parágrafo, só haverá prisão em flagrante "ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". Com isso, ficaram eliminadas, por exemplo, a prisão administrativa e a prisão disciplinar.

Para Maciel, governo só fala e nada apura

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel (PE), que ontem à tarde autografou na ABI o seu livro *Liberalismo e Justiça Social* disse em entrevista coletiva que no governo "só há palavras e pouca ação" contra a corrupção. "No Brasil só haverá democracia quando a corrupção for realmente apurada", afirmou o senador, que em seguida ratificou sua posição favorável aos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, acrescentando que ainda há tempo para a realização de eleições diretas este ano.

"Sei que a maioria dos constituintes é pelos cinco anos de mandato, mas essa não é uma proposta do PFL. Defendo quatro anos porque o povo quer assim", continuou Maciel, que fez questão de lembrar que seu partido já tem candidato a presidente da República, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Na opinião do senador, "a democracia é um processo coletivo, por cujo desenvolvimento todos somos responsáveis; a democracia passa por uma vivência diária".